

Nota para imprensa 1:

LIDERANÇAS MUNDURUKU COBRAM DO GOVERNO FEDERAL, EM ASSEMBLÉIA NO ALTO TAPAJÓS, AÇÕES DE MANUTENÇÃO DA DESINTRUSÃO EM PROTEÇÃO AOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS.

Durante a V assembleia do Movimento Munduruku Ipereğ Ayũ, na aldeia Caroçal Cururu, Terra Indígena Munduruku, Território Munduruku, Amazônia Brasileira, em setembro de 2025, o movimento de resistência do povo Munduruku cobra a manutenção da desintrusão, denunciando a contínua invasão no território e a total destruturação da FUNAI na região para enfrentar essa situação. Exigem agilidade em medidas urgentes para o bem viver do povo Munduruku.

Mesmo após a operação de desintrusão realizada pelo governo federal em 2024, o número de invasões no território Munduruku continua crescendo, chegando em locais que estavam mais preservados, como é a região do rio Cururu, uma das sub regiões que compõem o alto rio Tapajós e baixo rio Teles Pires. Por conta do trabalho de monitoramento e fiscalização autônomas, temos provas em fotos, vídeos, drones, coordenadas geográficas, imagens de satélite e relatos, que evidenciam o grau de invasão. Preparamos quatro notas técnicas, diversas denúncias foram feitas, reuniões e audiências e o governo ainda não nos deu uma resposta concreta.

A desintrusão ocorrida no território Munduruku, resultado da ADPF 709, é fruto da luta de nosso movimento de resistência pela vida e cultura de nosso povo frente ao completo descaso do estado com a invasão contínua em nosso território. As Associações que representam nosso Povo Wakoborun e Pariri são peticionárias das medidas provisórias na Corte Interamericana de direitos humanos, estamos utilizando dos vários meios de luta para fazer nossas exigências ecoarem. Se não fizermos agora, nossos filhos terão que viver com a destruição. Infelizmente, mesmo com a desintrusão, nosso monitoramento territorial detectou várias aberturas de ramais de madeireiros crescendo e outros pontos de invasão do garimpo.

Temos registrado a presença de dragas e devastação em nosso território, para reafirmar a verdade da nossa palavra, que historicamente tem sido desacreditada e colocada em dúvida por instituições que insistem em subestimar nossos conhecimentos.

A partir de análise das notas técnicas, o próprio Estado Brasileiro confirmou evidências de atividade garimpeira recente em todos os pontos principais denunciados nas notas: dois no Rio Kabitutu, um no Rio Kadiriri e outro no Igarapé Mutum, além da identificação precisa de uma balsa escariante em funcionamento no Rio Kabitutu, em julho de 2025. Em alguns desses pontos, inclusive, os alertas emitidos pelos Munduruku antecederam os próprios

registros oficiais, revelando que parte significativa das ocorrências apontadas nas Notas Técnicas, ainda não havia sido detectada pelos sistemas governamentais de monitoramento. Ou seja, o sistema de fiscalização autônoma do povo Munduruku demonstrou não apenas capacidade de detecção em campo e por imagem, mas também antecipação técnica e precisão geográfica, inclusive em contextos pós-desintrusão, como observado no Igarapé Mutum.

O governo federal retirou a equipe do governo responsável pela desintrusão se retirou de Jacareacanga, alegando ter cumprido a primeira fase da desintrusão, que é a retirada dos invasores, mas o que temos documentado e oficializado o governo é que os invasores alguns nunca saíram, outros estão retornando atrás do preço do ouro, por isso a necessidade de dar continuidade às operações e ações de reparação de danos com planos alternativos de vida de maneira que garanta a plena proteção territorial e assegure os direitos de nosso povo. A cidade de Jacareacanga já apresenta número de invasores retornando seus postos e a menos de um ano da desintrusão já estamos vendo as coisas voltarem como estavam. O que ouvimos como resposta do governo federal é a falta de recursos e apoio técnico. A FUNAI na região está sucateada, precisamos urgentemente de estrutura, de formação técnica para os servidores, de apoio a nossas organizações. Precisamos que as mudanças aconteçam de fato.

Para nós é preocupante as postagens do governo em relação a desintrusão da TI Munduruku e Sai Cinza, como se as coisas estivessem dando certo, temos pessoas passando fome, crianças e idosos em situação de desnutrição, falta de acesso à água potável, atendimento médico e plano de segurança alimentar com base na nossa cultura, várias pessoas em situação grave de contaminação pelo mercúrio, falta muita assistência do Estado para termos de fato resultados positivos. Reconhecemos o esforço de alguns órgãos com esse trabalho, mas acreditamos que outros órgãos necessitam de melhorias nas suas infraestruturas para dar continuidade aos trabalhos e garantir a proteção territorial que nos é de direito.

Por isso convidamos o governo para se fazer presente em nossa assembleia, não somente para nos ouvir, porque toda essa situação já foi relatada em documentos oficiais para conhecimento do Governo, principalmente dos órgão responsáveis pela desintrusão, mas queremos ouvir do governo respostas de ações concretas com cronograma e prazos para retomar as atividades, é necessário a manutenção da desintrusão e a construção de planos de vida como alternativa ao garimpo, precisamos de uma política séria de proteção territorial que devolva ao nosso povo melhores condições de vida com dignidade.

Todos queremos saber que respostas o governo tem para nos dar ? Quais as respostas que o governo têm sobre continuidade da desintrusão e a Política de proteção territorial e planos de vida alternativo ?

Diante de tudo isso exigimos providências das autoridades competentes:

- Para que os órgãos competentes realizem uma operação efetiva na região para coibir o garimpo ilegal em nosso território.

- Para a proteção de rios e igarapés na TI Munduruku e TI Sai Cinza
- Para a adoção de medidas imediatas e eficazes para proteger as lideranças Munduruku que opõem ao avanço do garimpo ilegal e crimes ambientais em nosso território.
- Para assegurar a proteção integral das Terras Indígenas, garantindo a plena execução do processo de retirada de invasores e a salvaguarda da segurança física, territorial e cultural das comunidades indígenas.

Movimento Munduruku Ipereğ Ayũ